

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores membros do Governo

Ao usar da palavra pela primeira vez nesta tribuna, depois de eleito como representante das gentes da minha terra, não queria deixar passar esta oportunidade para desejar ao Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores as maiores felicidades na condução desta casa, que tanto admiro e respeito, antes como cidadão, e agora também como Deputado Regional.

Às senhoras e senhores Deputados desejo também que o trabalho desenvolvido durante esta legislatura, seja um contributo importante para a dignificação desta instituição, que é, por excelência, a sede da democracia destas ilhas.

Hoje em dia quase ninguém tem dúvidas que a actividade física tem reconhecido mérito e é transversal aos subsistemas da educação, da saúde, do desporto, do turismo e do ambiente. Daí a importância que cada vez mais lhe tem sido atribuída.

Cada vez que o mundo avança, avançam, também, na mesma proporção, o sedentarismo, a obesidade e outros hábitos pouco saudáveis, conforme se poderá verificar em estudos recentes, que tem servido para alertar o poder político, para os desequilíbrios impostos por este fenómeno, com tendência a ser universal.

Ninguém duvida também que estes factos têm contribuído para o aumento dos custos com os cuidados da saúde e também para a redução da produtividade e da longevidade.

Assim se reflectem os custos do desenvolvimento económico, do progresso e aumento dos níveis de conforto e bem-estar.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores membros do Governo

Se recuarmos trinta ou quarenta anos atrás, a diferença é gritante e a minha geração pode testemunhar o abismo que nos separa daquela época.

Naquele tempo, as actividades lúdicas estavam sempre associadas ao ar livre, à criatividade e por fim à actividade física, exercidas de uma forma regular, embora sempre, ou quase sempre, com carácter informal.

Desde a implementação da autonomia a preocupação com esta problemática foi também dinâmica, embora com uma intervenção do estado muito pesada e, por isso, considerada castradora, que, no entanto, se foi diluindo ao longo do tempo e dando espaço ao movimento associativo e, ao mesmo tempo, criando condições para que esta se organizasse, de modo a poder responder às necessidades das populações.

A segmentação das áreas de intervenção foi uma necessidade, pela disparidade de critérios definidos, e, conseqüentemente, por terem também prioridades de financiamentos diferentes.

O programa de desenvolvimento desportivo do nono Governo Regional sustenta-se num conjunto de princípios que definem a sua actuação política:

- *A educação pelo desporto;*
- *A promoção desportiva;*

- *O livre acesso à prática desportiva;*
- *As infra-estruturas educativas;*
- *Garantia de acesso das populações às estruturas da rede educativa;*
- *A cooperação com o movimento associativo na reflexão, controle e acompanhamento da evolução do desporto regional.*

Verificou-se o crescimento do número de atletas federados em cerca de 60 % desde a época desportiva 1995/1996. No caso dos escalões de formação houve mesmo uma duplicação do número de atletas, tendo como referência a época desportiva 2002/2003, e isso faz perceber rapidamente que o esforço do investimento público nestes escalões também teve de disparar de 387 mil euros para 867 mil euros.

Analisando estes valores, e comparando com outras zonas, chega-se à conclusão que os Açores tem uma taxa de federados de 8 %, enquanto na Madeira a taxa é de 5 % e no Continente Português é de apenas 3 %.

A par disto assistiu-se também o crescimento do número de equipas que participam nas provas nacionais, de 28 para 43, houve

grande investimento nas estruturas desportivas da responsabilidade directa do Governo Regional - como o Complexo Desportivo das Laranjeiras, o relvado sintético no Estádio João Paulo II, instalações desportivas nas novas escolas dos Ginetes, da Maia e do Topo - o reforço do desporto escolar e o surgimento de novos projectos como o desporto adaptado e escolinhas do desporto.

Este crescimento, que não é mais do que o objectivo de quem trabalha nesta área, coloca-nos a questão do financiamento.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores membros do Governo

Todos sabemos que o financiamento público não pôde nem pode acompanhar na mesma proporção o crescimento tão acentuado verificado nos últimos 8 anos, até porque esse crescimento do número de praticantes desportivos implica, desde logo, a necessidade de mais e melhores espaços desportivos, mais encontros regionais e mais contratos programa de desenvolvimento desportivo.

Mesmo assim, a verba de 11,5 milhões de euros prevista no Plano para 2005, será a suficiente para o cumprimento das aspirações dos Açorianos, no âmbito das Instalações e Equipamentos, das Actividades Desportivas, da Promoção e Formação e ainda para a Intervenção Específica em Rabo do Peixe, com a dinamização de actividades desportivas e apoio à participação em quadros competitivos

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores membros do Governo

Desde 1996 se percebeu que Governo apostou claramente na problemática do emprego ou a falta dele, antevendo as consequências sociais dramáticas que daí poderiam advir. Mas é a partir de 1998 que surge uma série de orientações dinâmicas e articuladas no Plano Regional de Emprego. Foi, de facto, um sinal claro de ruptura com as políticas de emprego passivas, substituindo-as por políticas claramente mais activas, conjugando factores decisivos e ao mesmo tempo diversos, tais como a inserção, a educação e o tecido empresarial.

Essas medidas resultaram em pleno e é certo que o desemprego diminuiu para níveis inéditos, enquanto subia o emprego, e tudo isto sem o recurso a emprego criado artificialmente, utilizando apenas e tão só as sinergias e dinâmicas criadas por sectores que emergiram recentemente, como é o caso do turismo e também com o recurso ao ensino profissional.

Desde a implementação do Plano Regional do Emprego o número de empregados da Região aumentou 16 %, a par do crescimento de 26 % do número de empresas e 38 % do número de estabelecimentos.

A taxa de desemprego também descolou da taxa de desemprego do Continente Português no terceiro trimestre de 1998 e já no segundo trimestre de 2004 era menos de metade daquela, o que, por si, demonstra bem o sucesso das políticas implementadas.

Nos próximos 10 anos é previsível que entrem no mercado de trabalho cerca de 50 mil jovens. Isso faz-nos acreditar que o rejuvenescimento da população activa é uma certeza, daí a importância fundamental de criar mecanismos para a transição do mundo escolar para o mundo do trabalho.

Em 1997 os detentores de cursos técnico-profissionais representavam apenas cerca de 1,4 % dos activos, enquanto em 2004 atingiu-se já os 10 % da população activa, com 17 Escolas Profissionais e ainda Escolas de ensino regular devidamente certificadas, o que demonstra bem o esforço que tem sido feito nesta área em concreto, mesmo em termos financeiros.

Factos são factos e a grande aposta feita nesta área com a aplicação de fluxos financeiros consideráveis, e que no Plano para 2005 é reforçado visivelmente, tem atingido os melhores resultados na busca do pleno emprego, da justiça social e na igualdade de oportunidades, que são claramente objectivos fundamentais da esquerda democrática.

Disse

O Deputado Regional - José Manuel Gregório de Ávila

Horta, 6 de Abril de 2005